



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

(Processo Administrativo nº 11.09.0039/2025)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Aquisição Exclusiva de Gêneros Alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural ou suas organizações (Grupo Formal), destinado a atender as demandas de fornecimento de alimentação nas Instituições Educacionais de Educação Básica da rede pública de ensino do município, por conta do Programa de Alimentação Escolar - PNAE.
- 1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/21.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 39, de 08 de março de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de até 31 de dezembro de 2026.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. Justifica-se a necessidade desta aquisição, tendo em vista o objetivo de licitar gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor rural ou suas organizações (grupo formal), para serem oferecidos para a Alimentação Escolar de modo que supra de 20 a 70% das necessidades diárias, conforme a permanência do aluno na escola. A aquisição destes gêneros compõe os cardápios das Escolas Municipais de Santana do Ipanema – Al para o ano letivo de 2026, visando atender as necessidades proteico-calóricas.
- 2.2. O PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos: IV e VII da Constituição Federal, quando determina que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, Estados e Municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia da “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade” (inciso IV) e “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (inciso VII).
- 2.3. O município conta atualmente com 7.372 (sete mil, trezentos e setenta e dois) alunos matriculados nas modalidades de Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental I e II, AEE e Educação de Jovens/ Adultos (EJA).
- 2.4. A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, estabelece que pelo menos 30% dos recursos do PNAE sejam utilizados para a compra de produtos da Agricultura Familiar, fortalecendo a agricultura local.
- 2.5. A eventual aquisição segue de acordo com o Decreto nº 37.106 de 31 março de 1955 que institui o Programa Nacional de Merenda Escolar-PNAE para o ensino Fundamental, Creche, Pré-Escola, Atendimento Educacional Especializado, Ensino de Jovens e Adultos, e a Portaria Interministerial nº 17/2007 e o Decreto nº 7083 de 27 de janeiro de 2010 que cria o Programa Mais Educação
- 2.6. Em razão ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE com base na Lei nº 11.947 de 2009 e a Resolução FNDE nº 26 de 2013 (atualizada pela Resolução FNDE nº 04 de 2015), entende-se que a eventual aquisição deverá ser realizada por meio de chamada pública.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A participação da Chamada Pública será para fornecedores da agricultura familiar de acordo com o Art. 27 da Resolução FNDE nº 26/2013, e deverá comprovar para habilitação:

#### 3.1.1. **Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo:**

I – A prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

II – O extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 30 dias;

III – O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante (Anexo IV);

IV – A prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e

V – A declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda

#### 3.1.2. **Grupos Informais de agricultores familiares, detentores de DAP Física, organizados em grupo:**

I – A prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

II – O extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 30 dias;

III – O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;

IV – A prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e

V – A declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

#### 3.1.3. **Dos Grupos Formais, detentores de DAP Jurídica:**

I – A prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

II – O extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 30 dias;

III – A prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

IV – As cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente; V – O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;

VI – A declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no projeto de venda; e VII – a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

3.2. Deverá ser aceito o registro do(a) NIS do(a) agricultor(a) de família indígena, quilombola ou de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) quando não for apresentada a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, já no ano de 2023;



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

- 3.3. - A CONTRATADA deverá efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, dentro do prazo e no local informado pela administração;
- 3.4. - A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 16 do Código do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 3.5. - A CONTRATADA deverá substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os produtos com avarias ou defeitos.
- 3.6. - A CONTRATADA deverá atender prontamente as necessidades da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 3.7. - A CONTRATADA deverá comunicar à administração, no prazo de máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 3.8. - A substituição dos produtos só deverá ocorrer por outro produto com qualidade igual ou superior, anteriormente informado através de documentação comprovando todos os dados necessários e só podendo ser aceito mediante aprovação da contratante;
- 3.9. - Os produtos que estiverem em desconformidade qualitativa e em desacordo com o descrito no termo de referência, serão recusados;
- 3.10. - Os produtos devem constar claramente as seguintes informações: Todas as informações do fabricante com respectivos contatos de serviço ao consumidor, ingredientes, data de fabricação, lote, validade e informações nutricionais;
- 3.11. - A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser realizada com a utilização de veículos apropriados e em adequado estado de conservação e higiene;
- 3.12. - Não será aceito entregas que utilizem do mesmo veículo, concomitante, material de limpeza ou outros produtos tóxicos;
- 3.13. - O transporte aberto deve conter dispositivos móveis e lonas de proteção de carga para a prevenção quanto à integridade dos gêneros alimentícios;
- 3.14. - Os produtos deverão ser entregues em embalagens que garantam a proteção durante o transporte e armazenamento;
- 3.15. - As hortaliças deverão estar frescas, inteiras e sãs, no ponto de maturação adequado para consumo;
- 3.16. - As verduras e legumes deverão apresentar boa qualidade;
- 3.17. - As folhas deverão se apresentar intactas e firmes;
- 3.18. - Os produtos deverão estar isentos de substâncias terrosas, sujidades, corpos estranhos, parasitas, larvas, odores ou sabores estranhos;
- 3.19. - Os produtos não deverão estar danificados por lesões que afetam a sua aparência e utilização;
- 3.20. - Os produtos deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específicas para os alimentos de origem animal e vegetal;
- 3.21. - Os gêneros alimentícios, assim como as embalagens, deverão atender aos padrões de identificação e qualidades aprovados pela Agência de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nas suas respectivas áreas de competência, conforme determina a legislação em vigor.
- 3.22. - Os produtos de origem animal devem atender a Lei 1.283/1950, regulamentada pelo Decreto 9.013/2017;



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

3.23. - Para os produtos de origem animal, a CONTRATADA deve estar registrada no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio de Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA);

3.24. - Para seleção de fornecedores deverá ser adotado a seguinte ordem de prioridade:

I – Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas, grupos formais e informais de mulheres não havendo prioridade entre eles;

II – Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III - os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);

3.25. Efetuar as entregas nas condições estipuladas neste termo, observando-se os parâmetros de qualidade e as normas legais aplicáveis.

3.26. Manter todas as condições de habilitação e de qualificação técnica exigidas, durante todo o período em que o contrato se mantiver vigente.

3.27. Executar diretamente os objetos que integram o contrato, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação.

3.28. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Ciência, Tecnologia e Inovação** ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato.

3.29. Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Ciência, Tecnologia e Inovação**, cujas reclamações se obriga a atender.

#### 4. DA HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com o Art. 27 da Resolução FNDE nº 04/2015.

##### 4.2. ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL (não organizado em grupo).

4.2.1. O Fornecedor Individual deverá apresentar no envelope nº 01 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Secretaria responsável com assinatura do agricultor participante;

IV - a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

**4.3. ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL.**

4.3.1. O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;

IV - a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

**4.4. ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL.**

4.4.1. O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

III - a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

IV - as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente; V - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar

VI - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;

VII - a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados. VIII - a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;

**4.5. ENVELOPE Nº 02 - PROJETO DE VENDA**

4.1. No Envelope nº 02 os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar conforme em Anexo.

4.2. A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata, após o término do prazo de apresentação dos projetos. O resultado da seleção será publicado em até 10 (dez) dias após o prazo da publicação da relação dos proponentes e no prazo de 05 (cinco) dias o(s) selecionado(s) será(ão) convocado(s) para assinatura do(s) contrato(s).

4.3 - O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos pelo art. 25 da Resolução.

4.4. Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ E DAP jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

4.5. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 05 (cinco) dias, conforme análise da Comissão Julgadora.

4.6. Os produtos agroecológicos devidamente registrados e identificados no órgão competente poderão apresentar valor superior até 30% em relação aos alimentos convencionais.

**Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

4.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.5.2. Prova de Regularidade para com a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Seguridade Social (INSS – Instituto Nacional do Seguridade Social), através de Certidão Conjunta, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da certidão o seu prazo de validade;

4.5.3. Certidão Negativa Municipal, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar seu prazo de validade, expressamente, no corpo da mesma;

4.5.4. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), administrado pela CEF – Caixa Econômica Federal, com data de emissão não superior a 31 (trinta e um) dias, quando não constar expressamente no corpo da certidão seu prazo de validade;

4.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

**Da Qualificação Econômica-Financeira**

4.5.6. Certidão Negativa de **Falência** ou **Concordata**, expedida pelo Órgão Competente.

**5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

5.1. Os produtos a serem entregues terão como instrumento, de comunicação entre o MUNICÍPIO e a contratada, a Ordem de Fornecimento, que servirá para formalizar a demanda.

5.2. Os produtos entregues pela CONTRATADA serão remunerados através de Nota Fiscal, no qual indicará número de empenho, número de processo e os valores a serem devidamente pagos.

5.3. Os produtos agroecológicos entregues pela CONTRATADA deverá obrigatoriamente apresentar na Nota Fiscal a informação de “Agroecológico” acompanhado pelo nome do produto que está sendo entregue;

5.4. O Fiscal avaliará a conformidade da qualidade dos produtos de acordo com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

5.5. O Fiscal, constatando a conformidade da entrega, executados de acordo com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência dará vistas ao recebimento definitivo.

5.6. As comunicações entre o MUNICÍPIO e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.8. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.10. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.10.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

5.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.11.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.11.2. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **6. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

6.1. A CONTRATADA deverá emitir e encaminhar ao MUNICÍPIO, as Notas Fiscais dos produtos entregues, juntamente com sua comprovação de regularidade fiscal.

6.2. A Nota Fiscal deverá conter os números das Ordens de Fornecimento, nº do contrato, nº de empenho, nº do processo, informações dos produtos e o valor total, e em caso de produtos agroecológicos, informar no descritivo dos produtos;





ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

6.3. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada pela medição, onde o fiscal do contrato, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos, atestará o valor a ser cobrado ou apresentará o valor adequado.

6.3.1. Esta medição deverá seguir juntamente com a Nota Fiscal e ser assinada, pelo fiscal e pela empresa, contendo:

- a) Número de Ordem de Fornecimento, Número de empenho, Número de contrato, Número de processo;
- b) Relação dos produtos entregues;
- c) Quantidade dos produtos;

6.3.2. Caso o fiscal solicite a adequação do valor, a CONTRATADA poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, impugnar a medição, devendo indicar cada item de sua discordância acompanhada de provas e indicar o valor final para faturamento que entende adequado.

6.3.3. A não impugnação implica em aceitação do valor indicado pelo fiscal.

6.3.4. Enquanto não se definir qual o valor está correto (se aquele praticado pela empresa ou o indicado pelo Fiscal) a CONTRATADA emitirá a nota no valor informado pelo Fiscal e em havendo análise da pertinência do valor apresentado pela empresa no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ela apresentará nota fiscal complementar.

6.4. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento, em moeda nacional corrente, por meio de Ordem Bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao da entrega dos pedidos, contados a partir da data do atesto, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, obedecendo às seguintes formalidades:

- a) aceitação pela fiscalização de que os pedidos solicitados foram efetivamente atendidos, de acordo com o estipulado neste Termo de Referência;
- b) as ordens de fornecimento expedidas pelo MUNICÍPIO, com as respectivas Notas Fiscais, serão apresentadas com indicação dos pedidos efetivamente atendidos;

6.5. Em caso de dissonância entre os documentos apresentados pela CONTRATADA será informada da incorreção e novo prazo de pagamento será iniciado tão logo as divergências sejam sanadas.

6.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal,

6.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.7.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do MUNICÍPIO.





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

6.7.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o MUNICÍPIO providenciará o pagamento do serviço devidamente atestado pelo fiscal, para não configurar enriquecimento ilícito da Administração Municipal, desde que seja aberto processo de apuração de sanção administrativa, em razão da inadimplência de obrigação contratual por parte da CONTRATADA.

6.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.9.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **7. LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA**

7.1. O limite individual de venda de gêneros alimentícios de cada Agricultor Familiar que integra o Grupo Formal será no máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP ou CAF, por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, conforme previsto na Resolução nº 021/2021 - FNDE/MEC.

7.1.1. O acompanhamento do limite individual de venda deverá ser controlado pela Cooperativa e/ou Associação.

7.1.1.1. Os grupos formais se responsabilizarão pela verificação da DAP ou CAF física de cada produtor associado para certificar-se da validade das mesmas na ocasião da aquisição dos produtos.

7.1.2. Para comprovar o controle do limite individual de venda estipulado, a Nota Fiscal emitida pelo grupo formal deverá vir acompanhada de documentos que identifiquem o nome do produtor associado, a quantidade e o produto entregue, contendo a quantidade entregue no mês e a acumulada até o mês.

7.1.3. A EEx acompanhará mensalmente os valores do fornecimento de cada Agricultor Familiar bem como a validade de sua DAP ou CAF física, para assegurar-se de que os limites individuais e a validade das DAPs ou CAFs estejam sendo respeitados.

## **8. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

8.1. São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Solicitar os pedidos mediante Ordem de Fornecimento expedido pelo setor responsável, com antecedência mínima de 12 (doze) horas;
- b) Em casos excepcionais, poderá o MUNICÍPIO solicitar os produtos em prazo inferior ao indicado na alínea a, devido à impossibilidade de planejamento antecipado;
- c) A Ordem de Fornecimento deverá conter, no mínimo, os produtos a serem entregues;



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

- d) Em casos emergenciais, e em dias e horários que não haja expediente na Prefeitura, a CONTRATADA deverá atender à requisição dos serviços formuladas por meio eletrônico (e-mails e/ou WhatsApp) através do Secretário da pasta demandante ou pelo(a) gestor(a) responsável;
- e) Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, inclusive realizando diligências sempre que necessário;
- f) Exercer a fiscalização sobre o fornecimento dos produtos por servidores especialmente designados;
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- h) Proceder ao pagamento dos produtos efetivamente entregues, na forma da cláusula sexta;
- i) Comunicar à CONTRATADA, com antecedência mínima de 12h, qualquer alteração necessária;
- j) Receber e atestar as faturas apresentadas pela CONTRATADA, em conformidade com as requisições expedidas;
- k) Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de divergência entre a requisição e a fatura, promovendo a devolução da nota fiscal para correção;
- l) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com os termos do edital correspondente;
- m) Garantir o fiel cumprimento do contrato, obrigando-se a proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações obedecendo às normas e os termos do contrato;
- n) Notificar a CONTRATADA acerca de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos pedidos efetivamente atendidos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- o) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- p) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- q) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- r) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- s) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à ao atendidos dos pedidos solicitados, no prazo, forma e condições estabelecidas na Ordem de Fornecimento;
- t) Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na lei e no Contrato;
- u) Adotar medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADA;



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

- v) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.2. O MUNICÍPIO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar o contrato em conformidade com as especificações constantes no Edital e Termo de Referência;
- b) Suspender ou interromper os serviços prestados quando solicitado;
- c) Responder pelos danos causados pela violação dos direitos da Administração Pública;
- d) Sujeitar-se à fiscalização por parte do MUNICÍPIO, através de servidor designado para acompanhar execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendimento às reclamações formuladas;
- e) Assumir integralmente a responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados;
- f) Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas para o contrato;
- g) Informar previamente toda e qualquer alteração nas condições de prestação dos serviços que atinja direta ou indiretamente ao MUNICÍPIO;
- h) Disponibilizar produtos que o MUNICÍPIO escolher de acordo com o termo de referência;
- i) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento do MUNICÍPIO;
- j) Empregar mão de obra especializada de qualidade para atender às demandas solicitadas;
- k) Prestar as informações que permitam a escolha do serviço de que melhor atenda ao interesse público e da Administração, bem como quaisquer outros esclarecimentos e informações pertinentes;
- l) Cumprir, durante a execução do contrato, a legislação federal, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infração a que houver dado causa;
- m) Realizar todos os procedimentos inerentes a perfeita execução dos serviços contratados;

## **9. CUSTO**

9.1. O custo estimado é de R\$ 1.788.178,00 (um milhão, setecentos e oitenta e oito mil, cento e setenta e oito reais).

9.2. *A estimativa de custo foi baseada nos valores de referência do Contrato de nº CP01/2025.*



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

## 10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização do contrato será exercida pelo servidor: **Sandra Maria Soares Farias, Gestora da Merenda Escolar, CPF nº 488.865.994-04**, designado gestora, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração;

10.1.1. A verificação deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na conta de recursos específicos consignados na dotação abaixo discriminada:

**Órgão:** 0500 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Ciência, Tecnologia e Inovação

**Unid. Orçamentária:** 0505 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Ciência, Tecnologia e Inovação

**Funcional Programática:**

**2.010** – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE Creche

**2.104** – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE Pré Escola

**2.007** – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE Fundamental

**2.103** – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE EJA

**2.105** – Manutenção do Programa de Alimentação da Educação Especial – PNAE AEE

**2.137** – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE Quilombola

**Natureza de Despesa:** 3.3.90.30 – Material de Consumo

## 12. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

12.1. Os itens informados na *Cláusula 12* do Estudo Técnico Preliminar deverão apresentar, antes da homologação, as amostras para avaliação e seleção dos produtos a serem adquiridos. As mesmas serão submetidas a testes necessários.

12.2. O teste será realizado por equipe técnica composta por técnicos da alimentação e nutrição escolar, tendo o prazo de entrega do parecer técnico, referentes as amostras entregues, em até 15 dias úteis contando da data de entrega ao setor de Alimentação e Nutrição Escolar.

## 13. LOCAL E PERIODICIDADE DAS ENTREGAS

13.1. Os produtos deverão ser entregues na Central de Distribuição da Merenda Escolar, no seguinte endereço: Rua Cícero Bezerra, s/n, Bairro Clima Bom, CEP: 57.500-000, no município de Santana do Ipanema – Alagoas;

13.2. As entregas solicitadas deverão ocorrer de forma semanal, quinzenal e/ou mensal, no horário das 08h00min às 12h00min ou 14h00min às 17h00min, de segunda-feira à sexta-feira, correndo o risco de não ser recebida após este horário ou se não estiver de acordo com o pactuado no Contrato ou em horário diferente do mencionado;

13.3. As entregas deverão seguir planejamento estratégico da equipe de Alimentação e Nutrição Escolar, conforme informado na *Cláusula 12* do Estudo Técnico Preliminar.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

#### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A presente Chamada Pública poderá ser obtida na sala da Diretoria de Licitações e Contratos Públicos, situada na Av. Nossa Senhora de Fátima, S/N, Monumento, CEP: 57.500-000, Santana do Ipanema/AL, no horário de 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, ou pelo e-mail [santanadoipanemacplal@outlook.com](mailto:santanadoipanemacplal@outlook.com);

14.2. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal;

14.3. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, e obedecerá às seguintes regras:

I - Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/E.Ex.

II - Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula: Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica x R\$ 40.000,00;

14.4. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da chamada pública e da proposta a que se vinculam.